

CASA DE NOS TÉCNICOS

13

ABR'23

EDIÇÕES SANTA CASA

da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Salvaguarda do Património Cultural

Salvaguarda do Património da Misericórdia de Lisboa - 06 | Mediação Cultural: Conhecer, Valorizar, Proteger - 18 | O resgate de documentos dos antigos Recolhimentos da Capital: contributo para a salvaguarda da memória institucional e dos seus agentes - 26 | Inventariar Relíquias, para Investigar Pessoas - 44 | Valorização e salvaguarda do Livro Antigo da SCML - 56

1,5€

FICHA TÉCNICA

CADERNOS TÉCNICOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

Salvaguarda do Património Cultural
Volume XIII – ABR. 2023

PROPRIEDADE E EDIÇÃO

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

Pessoa Coletiva n.º 500745471
Largo Trindade Coelho
1200-470 Lisboa

REDAÇÃO

Centro Editorial
Rua Luísa Todi, 1
1220-245 Lisboa

DIRETOR

Edmundo Martinho

DIRETOR-ADJUNTO

Maria Margarida Montenegro

SUBDIRETOR

Samuel Esteves

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Dora Santos Rosa

AUTORES

António Camões Gouveia
(NOVA-FCSH/CHAM; UCP/CEHR;
Coordenador Científico do projecto
reliquiarum)

Gonçalo de Carvalho Amaro
(Técnico superior de História do
Museu de São Roque da SCML)
Helena Alexandra Mantas
(Diretora do Serviço de Públicos
e Desenvolvimento Cultural / Direção
da Cultura da SCML)
Luís Horta Lima (Técnico superior

de Arquivo / Arquivo Histórico da
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa)
Susana Gago (Técnica superior de
Biblioteca, Arquivo e Documentação
da Biblioteca da SCML)

REVISÃO

José L. Baptista

DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO

Cristina Cascais
(gingerandfredesigners@gmail.com)

MARKETING E COMUNICAÇÃO

Andreia Afonso

SECRETARIADO

Antónia Saldanha

APOIO LOGÍSTICO

Bruno Galinha

IMPRESSÃO

Rainho & Neves, Lda.

DEPÓSITO LEGAL

463356/19

ERC

127363

ISSN

2184-612X

TIRAGEM

3000

Estatuto Editorial disponível em:
[https://lojadacultura.scml.pt/
publicacoes/periodicos/cadernos-
tecnicos](https://lojadacultura.scml.pt/publicacoes/periodicos/cadernos-tecnicos)

QUADRIMESTRAL

1,50€

**CA
DER
NOS**
TÉCNICOS

CADERNOS TÉCNICOS

da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Edmundo Martinho
PROVEDOR DA SCML

EDITORIAL

A salvaguarda do património cultural assume uma importância capital em qualquer sociedade, tendo presente que ele espelha a sua evolução – política, social e económica – assim como a das suas diferentes formas de organização, dos seus valores e dos seus ideais que, em conjunto, orientam avanços e conquistas.

Partindo desta compreensão – e da certeza de que o património é, ele próprio, um elemento constituinte da identidade coletiva – torna-se evidente, logo de partida, a importância que a sua preservação assume. Nesse sentido, não devem ser poupados esforços em vista da mais eficaz prossecução desse fim.

Sendo claros os múltiplos requisitos que presidem à salvaguarda e à valorização do património, melhor se entende, também, o papel decisivo que assumem todos os profissionais envolvidos nessa missão. Além de uma escrupulosa conduta, pautada pela ética e pelo rigor posto em cada meticulosa ação, a todos eles são exigidos conhecimentos técnicos especializados que, em combinação com uma zelosa aplicação dos métodos científicos e das tecnologias, garantem a integridade e a valorização do património. Conhecer algumas das práticas destes profissionais – que envolvem o estudo e a inventariação, a conservação e a interpretação, assim como a reflexão sobre essa mesma salvaguarda – é um dos objetivos deste Caderno Técnico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Mas sendo também incontestável que todo o esforço de salvaguarda tem como objetivo central colocar em diálogo o património e a comunidade, no seu mais *lato sensu*, dá-se ainda particular relevância à comunicação e, nesse âmbito, ao que hoje se designa por mediação cultural. Através dela, a democratização da cultura assume cada vez mais abrangentes expressões, que permitem uma aproximação entre os indivíduos e o património cultural, dando origem a uma profícua relação entre ambos. Aí podem nascer novos e apaixonados interesses, resultando na formação de também novos e motivados públicos, seduzidos pelo conhecimento da sua história coletiva.

Considerando a fruição do património cultural como um fim em si mesmo, encorajar a sua salvaguarda apresenta-se, pois, como o garante da própria cultura, da sua valorização e sustentabilidade, sendo em si um motor da transmissão de legados autênticos às gerações futuras. A importância desta aposta é sobremaneira importante num momento especialmente desafiador, no qual profundas transformações podem abrir caminho a modelos sociais cada vez mais ancorados em valores humanistas, capazes de fortalecer o vínculo intrínseco que existe entre todos os homens.

Gonçalo de Carvalho Amaro

TÉCNICO SUPERIOR DE HISTÓRIA DO MUSEU DE SÃO ROQUE
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA



SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

IMPORTÂNCIA PARA A PRESERVAÇÃO DA SUA HISTÓRIA
E VALORIZAÇÃO DA SUA AÇÃO NA SOCIEDADE PORTUGUESA

Com mais de cinco séculos de existência, a Misericórdia de Lisboa é uma instituição cheia de história e tradições, apresentando um património riquíssimo para a compreensão social do país.

A longa duração desta instituição leva também a que este património se torne mutável e renovado, sinal dos tempos e das prioridades sociais de cada momento histórico. Torna-se assim relevante ter estes pressupostos em consideração e que exista uma maior preocupação pela preservação deste património, em particular dos objetos que possam contar essa história, ligada à saúde, à ação social e aos jogos sociais.

A SINGULARIDADE DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

As Misericórdias portuguesas são instituições singulares, não só pela sua larga duração – prolongando-se, na sua generalidade, desde finais da Idade Média até à contemporaneidade – mas também pelo seu âmbito, vocacionadas para todas as obras de misericórdia, o que as distinguia das restantes confrarias de misericórdias espalhadas pela Europa⁽¹⁾. A este aspeto deve ser acrescentado outro, de igual

⁽¹⁾ SÁ, I. dos G. e LOPES, M.A. *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 12-58.

importância, que diz respeito à existência de um modelo institucional que, numa primeira fase e com forte apoio real, foi capaz de se replicar por todo o mundo com presença portuguesa, seguindo o compromisso original da Misericórdia lisboeta. As Misericórdias e as Câmaras representavam os dois "pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa, já que cada cidade com presença portuguesa tinha de ter estas duas instituições" ⁽²⁾.

A Misericórdia de Lisboa foi a gênese desse patrimônio do "mundo português", uma herança viva ainda presente na generalidade dos países de língua e expressão portuguesa. Uma herança histórica materializada em antigos edifícios e igrejas espalhados pela Ásia, pela América e por África. Uma herança cultural que leva, inclusive, a que comunidades portuguesas, por iniciativa própria, criem Misericórdias em países sem essa tradição, como a França e o Luxemburgo.



Figura 1 – Igreja da Conceição Velha, cuja fachada mantém ainda as evidências da primeira sede, construída de raiz, da Misericórdia de Lisboa.

⁽²⁾ BOXER, C. R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1992, p. 267.

Deste modo, caracterizar o património das Misericórdias portuguesas não é tarefa fácil, pois são instituições ativas há mais de cinco séculos. Estas foram testemunhas de vários regimes e foram sabendo tecer o seu património de acordo com cada momento histórico. No entanto, como em todas as instituições multisseculares, a atualidade e o momento presente acabam por influenciar a ideia que temos sobre uma determinada instituição, mesmo quando a sua história é muito mais rica ou até diferente desse momento. A ideia que se tem do património no presente é, quase sempre, mais enraizável e imediata. O "presentismo" do património é um mal conhecido entre historiadores, sendo que alguns, como David Lowenthal, são drásticos em "separar as águas" entre história e património: o britânico, em texto publicado em 1996, defende que se, por um lado, a história "é universalmente acessível e comprovável", por outro, o património é mais variável, sendo construído socialmente sem se basear propriamente "em factos comprovados, mas numa lealdade crédula"⁽³⁾. Essa perspetiva "presentista" subjaz nos museus das Misericórdias. Maria Antónia Lopes, nas Primeiras Jornadas de Museologia das Misericórdias, afirmou que as Santas Casas estão muito centradas apenas num enfoque, no presente, naquilo que subsiste e que é geralmente a igreja da instituição e a "arte sacra" associada, não havendo uma perspetiva global da sua importante ação social, cultural e económica ao longo da história.

"Os espaços expositivos das Misericórdias podem ser poderosos veículos de conhecimento e de autoconhecimento, tanto ao nível das instituições como das comunidades. Todavia, para uma correta musealização dos espólios e dos espaços das antigas instalações é necessário saber o que foram, de facto, as Misericórdias e que atividades desenvolveram ao longo dos séculos. Este conhecimento é imprescindível para se organizar, compreender e explicar o património musealizado e para se procurarem os acervos que deveriam existir nas Santas Casas, mas estão dispersos por outros locais ou simplesmente invisíveis porque soterrados sob camadas de desconhecimento."⁽⁴⁾

QUE HISTÓRIAS NOS CONTA O PATRIMÓNIO CULTURAL À GUARDA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA?

Como se sabe, grande parte do importante património material e artístico da Misericórdia de Lisboa acabou por se perder devido à destruição que a sua sede, na Ribeira, sofreu com o terramoto e subsequente incêndio no ano de 1755⁽⁵⁾, ocorrendo o mesmo com o Hospital de Todos os Santos, no Rossio, que também estava sob a tutela da instituição. Porém, ganharia outros patrimónios relevantes como a Igreja e Casa Professa de São Roque e o seu riquíssimo património de arte sacra jesuítica.

⁽³⁾ LOWENTHAL, D. *Possessed by the Past: The Heritage Industry and the Spoils of History*. New York: Free Press, 1996, p.120.

⁽⁴⁾ LOPES, M. A. "Musealizar Misericórdias conhecendo a sua história". In *Primeiras Jornadas de Museologia nas Misericórdias*. Penafiel: 2014, p. 62.

⁽⁵⁾ CARVALHO AMARO, G. *Uma Igreja, duas Histórias. Um percurso pela história e pelo património da antiga igreja manuelina da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2015, pp. 77-80.

Para além do destaque óbvio da Igreja de São Roque e do seu acervo em exposição no museu com o mesmo nome, existe ainda um enorme acervo patrimonial a cargo desta Santa Casa, disperso pela cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, como, por exemplo, o Convento de São Pedro de Alcântara, o Palácio dos Marqueses de Minas, o Palácio da Quinta Alegre, o Palácio dos Marqueses de Tomar, a Residência Faria Mantero, o Palácio Portugal da Gama a São Roque (todos em Lisboa), mas também edifícios representativos de uma arquitetura pensada para a ação social da instituição, como a Creche Victor Emmanuel (Lisboa), o Hospital de Sant'Ana (Cascais), a Colónia de Férias de São Julião (Ericeira), a Cozinha Económica dos Anjos (Lisboa), o Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão (Cascais), a Obra Social do Pousal (Malveira) e a Aldeia de Santa Isabel (Sintra).



Figura 2 – Hospital Ortopédico de Sant'Ana, jardim de inverno. Fotografia Paulo Cintra.

Nestes espaços, tal como na Igreja de São Roque, existe também um conjunto muito significativo de objetos que retratam a história da instituição nos últimos dois séculos. Tais elementos caracterizam a diversidade das Misericórdias ao longo dos tempos, pois estas foram e continuam a ser instituições com uma ação muito lata, que abrangeram e abrangem várias áreas. Maria Antónia Lopes descreve muito bem essa diversidade:

"Para assegurar todos esses serviços, eram necessários recursos humanos: contratação de padres, sacristães, 'moços da capela', advogados, funcionários de secretaria, médicos, sangradores, boticários, enfermeiros, cozinheiros, celeiros,

andadores, criados, etc. É bom de ver que, além dos edifícios e dos objetos litúrgicos, existia nas Misericórdias um imenso espólio funcional. Os instrumentos médicos, farmacêuticos, de enfermagem, de higiene? Os móveis das enfermarias? As roupas das camas? As fardas dos doentes e dos funcionários? As baterias de cozinha? As louças? As cadeirinhas dos doentes? Os berços das Rodas e as máquinas de amedaliação dos expostos? Os panelões das sopas dos presos ou dos pobres? As caixas das esmolas? Os esquifes de enterrar os pobres e as tumbas de enterrar os ricos? Os recheios dos colégios e recolhimentos? Os meios de transporte e os arreios dos animais? O material das secretarias? As urnas das eleições? Onde estão sinalizados os espaços que serviram de enfermarias, cozinhas, despensas, cartórios, estrebarias?" ⁽⁶⁾



Figura 3 – Centro de Apoio Social dos Anjos, antiga Cozinha Econômica n.º 2, interior. Fotografia Paulo Cintra

A estes elementos deveríamos acrescentar um dos particularismos da Misericórdia de Lisboa: os jogos sociais e todo o acervo a si associado. Com uma história também ela já extensa – que remonta a 1783 e ao reinado de D. Maria I – adquiriu, sobretudo a partir do século XX, uma dinâmica muito interessante na sociedade portuguesa, tanto pelo seu forte investimento na ação social, como pelo imaginário que gerou na comunidade através da diversidade dos jogos, da sua crescente ligação com o desporto e até das memórias da sua publicidade.

⁽⁶⁾ *Op. cit.*, p. 59.

Neste quadro, a Direção da Cultura da Misericórdia de Lisboa iniciou, em 2021, um processo de inventariação dos bens móveis com valor histórico, artístico e patrimonial que possam existir nos equipamentos da instituição. Este processo, ainda em curso, tem dado a conhecer uma impressionante quantidade de objetos de uma imensa diversidade: desde os das farmácias e hospitais aos das creches, passando também por todos aqueles ligados aos serviços sociais e à implementação dos jogos. Parece-nos muito pertinente que este património possa ser estudado e até musealizado, preservando-se desse modo a memória da Misericórdia e seguindo de perto o que foi proposto anteriormente pela historiadora Maria Antónia Lopes. Assim, será possível criar narrativas a partir desses objetos, explicando o seu uso, para que serviram, que importância tiveram nos serviços da Misericórdia em determinado momento, que objetos os substituíram, histórias associadas, quem os usou, etc.



Figura 4 – Mandíbula e parte de crânio com alguns tendões, para estudo, início do século XX, Piso 1 corredor dos consultórios de dentistas do CAI Domingos Barreiro. Fotografia Gonçalo Amaro.



Figura 5 – "Sagrada Família", escultura da artista Maria Amélia Carvalheira, final dos anos 50, entrada da capela da Obra Social do Pousal. Fotografia Gonçalo Amaro.



Figura 6 – “Boletim do Totobola alusivo à Guerra Colonial de 1961. Arquivo do Departamento de Jogos, edifício da Avenida da Liberdade. Fotografia Gonçalo Amaro.



Figura 7 – Maleta educativa para ensino da Matemática a cegos e amblíopes. Elementos provavelmente provenientes de caixa métrica n.º 2 ou 3, da primeira metade do século XX. Centro de Reabilitação Nossa Senhora dos Anjos. Fotografia Gonçalo Amaro.

Reconhecido, cada vez mais, o valor que os sentimentos e a memória têm na construção da história e do património⁽⁷⁾, consideramos, na linha de Jean-Michel Leniaud⁽⁸⁾, que o património é dinâmico e não estático, composto por elementos vivos e não inertes, sejam eles de pedra ou estejam guardados na nossa memória. Contudo, só perduram se as pessoas se interessarem por eles, como dizia Jacques Duhamel, ministro da Cultura francês da década de 70: “A melhor forma de manter vivos os monumentos de uma região é mantendo vivos os homens dessa região”⁽⁹⁾. Seguindo esta abordagem integral, que prioriza a relação das pessoas com a sua cultura e os objetos que a compõem – presentes no seu dia-a-dia, nos museus e tradições –, podemos começar a refletir sobre o património de outra forma, não apenas como uma obra representativa de feitos históricos ou enquanto sinónimo de beleza artística, mas também como um elemento integrador, capaz de elevar a autoestima, melhorar as condições de vida e criar novos vínculos, sendo estes aspetos que se enquadram perfeitamente na ação da Misericórdia de Lisboa.

⁽⁷⁾ CARVALHO AMARO, G. *Pessoas, Objetos e Sentimentos. Ensaios e Reflexões sobre a Construção Social do Património*. Lisboa: Colibri, 2015.

⁽⁸⁾ LENIAUD, J.-M. *L'Utopie française: essai sur le patrimoine*. Paris: Mengès, 1992.

⁽⁹⁾ Entrevista à televisão pública francesa a 10 de outubro de 1971. Consultar <http://www.ina.fr/video/I00014526/discours-de-jacques-duhamel-sur-les-monuments-historiques-video.html>



Figura 8 – Medalhão de azulejos com retrato do marquês de Minas, inícios do século XVIII. UAACAF, Antigo Palácio dos Marquesses de Minas.



Figura 9 – Antigo aparelho de medição de tensão do espólio do Dr. Arnaldo Rodo, primeira metade do século XX, vitrina do Centro de Estudos, Hospital Ortopédico de Sant'Ana. Fotografia Gonçalo Amaro.



Figura 10 – Conjunto de 12 gravuras francesas do século XVIII sobre ortopedia, Centro de Estudos, Hospital Ortopédico de Sant’Ana. Fotografia Gonçalo Amaro.

NOTAS FINAIS

Apesar de existir, na sociedade, uma tendência para associar os museus e o património a bens de grande valor artístico, surgem cada vez mais exemplos e formas de patrimonialização que exploram objetos do passado recente⁽¹⁰⁾, objetos de uso quotidiano⁽¹¹⁾ e, inclusivamente, museus que apresentam os seus conteúdos através de sons e imagens, sem recurso a artefactos do passado⁽¹²⁾. Não devemos igualmente ignorar que a sociedade atual está cada vez mais interessada noutros âmbitos culturais e procura uma linguagem nova e crítica⁽¹³⁾. As mudanças tecnológicas têm sido imensas nos últimos anos, acarretando uma alteração na linguagem e no acesso à informação, que – sobretudo com a massificação da internet – é necessariamente mais rápida e individual. Numa época de enorme controlo por parte dos *mass media*, as pessoas buscam nos museus a oportunidade de “descobrir” aquilo que a televisão não oferece. Procuram, seguindo as palavras de Huyssen, “a possibilidade de ver tridimensionalmente, cheirar, eventualmente tocar, ou comprar uma recordação de algum objeto visitado que permita um vínculo de memória”⁽¹⁴⁾. Verifica-se, assim, que apesar de todos os meios disponíveis, a cultura material do passado – aquele objeto que perdura ao longo dos anos – continua a ser vital para a ação performativa de representar esse tempo e para a construção de uma memória e de uma identidade palpável entre gerações.

É neste quadro que se torna importante preservar o património disperso pelos equipamentos da Misericórdia de Lisboa, atribuindo-lhe uma dinâmica de patrimonialização social⁽¹⁵⁾, que mantenha um vínculo institucional com o seu passado e com as comunidades que continua a servir no presente. Nesta perspetiva, o património pode atuar tanto como meio de coesão entre colaboradores, como também enquanto forma de dar a conhecer a instituição à sociedade, contando a sua história, o seu sentido e a sua atuação no presente, no quadro dos vários serviços.

⁽¹⁰⁾ No que diz respeito a este ponto, os exemplos são imensos, uma vez que se passou a dar grande importância ao património pré-industrial e industrial. Salientamos as interessantes propostas museográficas do Museu de Portimão, do Museu da Eletricidade, do Museu do Aljube e do Museu da Levada de Tomar.

⁽¹¹⁾ Neste caso temos como exemplo os museus comunitários que tentam vincular as próprias comunidades locais com o espólio apresentado. Entre os vários exemplos disponíveis destacamos o Museu do Traje da Misericórdia de São Brás de Alportel, o Centro Interpretativo da Máscara Ibérica, em Lazarim, e o Ecomuseu do Seixal.

⁽¹²⁾ Um dos maiores exemplos deste tipo de estratégia museográfica está presente no Museu da Língua Portuguesa, que musealiza um elemento intangível como o idioma. Existem, no entanto, outros exemplos mais próximos no nosso país, como o News Museum, ou outros que combinam objetos com uma forte componente de multimédia, como o Lisbon Story Center ou o Museu Cosme Damião.

⁽¹³⁾ ROLLAND, A.-S., MURAUSSKAYA, H. (Dir.). *De nouveaux modèles de musées? Formes et enjeux des créations et rénovations de musées en Europe, XIX-XXIe Siècles*. Paris: L'Harmattan, 2008.

⁽¹⁴⁾ HUYSEN, A. *Twilight Memories: Marking Time in a Culture of Amnesia*. New York: Routledge, 1995, pp. 13-36.

⁽¹⁵⁾ CARVALHO AMARO, G. *Pessoas, Objetos e Sentimentos. Ensaios e Reflexões sobre a Construção Social do Património*. Lisboa: Colibri, 2015.

Assim, é fundamental que se possa contemplar um desenvolvimento faseado desta inventariação dos bens móveis com valor histórico e patrimonial da Misericórdia de Lisboa. A primeira fase, já em curso, começou com a identificação dos bens que devem ser preservados, de acordo com critérios previamente definidos, tais como antiguidade, raridade, articulação com histórias de determinado equipamento e/ou funções da instituição. A segunda fase de acondicionamento permitirá, depois, a conservação e a manutenção adequada desses bens. Por último, a terceira fase abrirá caminho ao estudo e à eventual musealização, considerando a hipótese de reservas visitáveis ou mesmo a da criação de um centro interpretativo.

Figura 11 – Estetoscópio de Pinard, para escutar os batimentos cardíacos dos fetos. Segunda metade do século XX. Direção de Saúde da SCML. Fotografia Gonçalo Amaro.



Figura 12 – Exemplar do Formulário Dietético para Estabelecimentos de Assistência à Infância da Misericórdia de Lisboa. Segunda metade do século XX, vitrina na entrada da Creche Victor Emmanuel. Fotografia Gonçalo Amaro.





Helena Alexandra Mantas
DIRETORA DO SERVIÇO DE PÚBLICOS
E DESENVOLVIMENTO CULTURAL
DIREÇÃO DA CULTURA DA SCML

MEDIAÇÃO CULTURAL: CONHECER, VALORIZAR, PROTEGER

Mediar significa estar entre duas ou mais partes, estar no meio. Mediar em contexto cultural significa estar entre os públicos e a produção cultural, material ou imaterial. O mediador cultural estabelece pontes, lança questões e desafios, fornece instrumentos que ajudam a interpretar o património. A mediação cultural abre caminho para leituras múltiplas da obra, individuais ou representativas de um determinado coletivo, promovendo o pensamento crítico, a criatividade e os processos participativos. O contributo da mediação para a valorização e proteção do património é inequívoco.



MEDIAÇÃO EM CONTEXTO MUSEOLÓGICO

Esta reflexão centra-se no contexto museológico, considerando a importância que o Museu de São Roque (MSR) assume na atividade cultural da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Para pensar a mediação em contexto museológico é necessário passar por um processo de tomada de consciência da relevância dos espaços museológicos na construção de identidades, enquanto espaços que transmitem valores e objetivos.

Os museus clássicos apresentam narrativas fechadas, construídas a partir de objetos que conservam, estudam e expõem. Existem museus que são espaços de interrogação, de reflexão, abertos a quem quiser participar na construção de narrativas múltiplas, lugares de encontro e de transformação, museus que servem a sociedade, interrogam o mundo, passado e presente.

Vivemos numa época de transição e encontramos modelos muito diferentes de abordagem do património, que coexistem em territórios comuns, mas que pouco ou nada dialogam. De um lado, nega-se a perspetiva educacional tradicional e monológica, recusa-se o uso de termos como "visita guiada", "guia", "monitor" e outros vocábulos que remetem para um discurso expositivo, de sentido único, em que o espectador, passivo, escuta sem possibilidade de contestação, debate, polemização. Nesta perspetiva, pensam-se e põem-se em ação processos participativos, fala-se de mediação, apropriação, públicos emancipados. Do outro lado, perpetuam-se modelos hierárquicos baseados no princípio de que o conservador de museu, o curador, o guia, são os detentores do conhecimento transmitido para um público recetor passivo.

Perante estas duas perspectivas, como se posicionam as instituições? E os públicos? Qual a relação entre ambos? A figura do mediador cultural surge neste contexto como determinante, pois a sua função é aproximar o público, a obra e a instituição na qual ela está exposta, promovendo uma relação conjunta.

Na abordagem da obra, assente na interdisciplinaridade, o mediador recorre à História, História e Crítica da Arte, Filosofia, Antropologia, Sociologia, entre outras ciências, conhecendo aprofundadamente o acervo e as questões que o envolvem. Contudo, o mediador não recorre a discursos preparados ou narrativas definidas pela instituição. Ele dialoga com os visitantes que conduzem a leitura da obra. Os conhecimentos e experiências dos visitantes são a matéria determinante, pois permitem criar um vínculo com o conteúdo da obra exposta. Esta possibilidade que é dada ao visitante parte do pressuposto de que ele é capaz de construir narrativas próprias a partir do que observa e escuta, ou seja, confere-lhe um papel ativo no processo interpretativo. Este é o visitante/espectador emancipado de Jacques Rancière, que se apropria da obra, criando as suas próprias analogias e intenções.

A mediação cultural abre caminho para leituras múltiplas da obra, individuais ou representativas de um determinado coletivo, promovendo o pensamento crítico, a criatividade e os processos participativos, fundamentais numa sociedade que defende princípios democráticos.

Qual o perfil deste mediador cultural? Não existe um perfil predefinido. A formação-base pode ser muito variada, das ciências sociais e humanas às artes ou ciências naturais, entre outras. No entanto, é clara a necessidade de proporcionar formação aos mediadores de museus, centros de arte, monumentos, teatros e outros espaços culturais, nas áreas da educação, interculturalidade e acessibilidades que lhe permitam interagir com os diferentes públicos. Por outro lado, as competências sociais e comportamentais assumem um papel significativo numa profissão que existe em função do outro. A mediação cultural é também uma prática de hospitalidade. Abrir as portas do museu, teatro ou biblioteca aos públicos, sem reservas, medo ou desconfiança, é introduzir na cultura a experiência dos afetos, da qual resulta um compromisso recíproco entre públicos e instituições.

E A MEDIAÇÃO NO MUSEU DE SÃO ROQUE NO FUTURO PRÓXIMO?

O salto que, a meu ver, é preciso dar é o do museu que transmite uma narrativa fechada, construída por especialistas a partir das peças que exhibe, para o museu em permanente construção, local de encontro, partilha de memórias e experiências múltiplas. Um museu participado. Sob esta perspectiva, o património não é em si o que se tem, mas o que se pode construir com ele e é nessa construção, que deve ser participada, que reside o seu grande valor. Cada peça do Museu de São Roque pode constituir o ponto de partida para a reflexão sobre assuntos estruturantes da existência humana ou ser apenas um objeto com uma data, título e autor. A escolha, em primeira análise, é nossa, profissionais da área da museologia e do património, ainda que seja uma responsabilidade da cidadania.



Os museus assumem na sociedade contemporânea um importante papel de guardiões e construtores de memórias. Podem assumir uma função de resgate e reconciliação, essencial numa sociedade desenraizada, uniformizada, descaracterizada. O Museu de São Roque que desejamos é um espaço de criatividade e inovação, de reflexão e reforço do sentido crítico e não um museu tradicional que oferece respostas a um público mudo. Queremos um museu que procura respostas, abrindo portas às comunidades que habitam o território vizinho e a cidade.

Como promover a transformação do museu? Criando uma programação sólida e consequente, que tenha como base as características do património e dos diferentes públicos; deixando os públicos apropriarem-se do museu e do seu acervo e proporem e acompanhem a construção de exposições e programas culturais; olhando para os vizinhos e chamando-os: o território, seus habitantes, instituições, estruturas culturais, educativas, sociais, associativas.

O que não devemos fazer? Criar projetos impositivos, sem olhar nem ouvir os seus destinatários, assentes em pressupostos vagos, pouco fundamentados; apostar no efêmero, no pontual, inconsequente; minorizar as capacidades dos públicos; trabalhar solitariamente, sem rede; gerir em função de resultados quantitativos como o número de visitantes ou dos ingressos.

Em 2012 foi dado um importante passo para alcançarmos esta transformação do Museu de São Roque, com a criação da Direção da Cultura da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Com ela afirma-se a importância fulcral desta área, numa instituição com mais de cinco séculos de existência, e proporciona-se uma mudança de sentido no modelo de gestão cultural da instituição.

A ação desenvolvida na área assistencial explica que a instituição tenha vindo a receber do Estado e de privados, em vida e por vontade testamentária, obras de arte e edifícios, alguns com elevado valor histórico e patrimonial, como a Igreja e antiga Casa Professa de São Roque, constituindo-se um relevante conjunto patrimonial que importa conservar, divulgar e colocar à disposição dos cidadãos. Ao património material junta-se, com igual relevância, o património imaterial, constituído por memórias que integram identidades múltiplas: da instituição, da cidade de Lisboa e do país. De referir, neste âmbito, a ação social prestada em lares, creches, centros de dia e nos próprios bairros lisboetas, mas também o monopólio da exploração da Lotaria, concedido por decreto régio de D. Maria I em 1783, e a criação de outros jogos sociais que ocupam um lugar muito especial no imaginário nacional, como é o caso do Totobola.

Este património é conservado, estudado e divulgado pela Direção da Cultura, que tem sob a sua alçada o Museu de São Roque, o Arquivo Histórico, a Biblioteca, o Centro Editorial e o Serviço de Públicos e Desenvolvimento Cultural.

Numa lógica de gestão patrimonial integrada, o Serviço de Públicos e Desenvolvimento Cultural é responsável pela programação educativa e cultural do Museu de São Roque, Arquivo Histórico, Biblioteca e edifícios com valor histórico e artístico da SCML e sua

divulgação. Integram o seu trabalho diário a dinamização de visitas guiadas, itinerários, *workshops* e *ateliers*, a organização de eventos e programas culturais pontuais e a gestão de conteúdos do Facebook e *site* do MSR, agendas impressas e *online*, *mailing* e *newsletter* da Cultura Santa Casa.

Partindo do conhecimento aprofundado do património da Misericórdia de Lisboa, do trabalho em rede com parceiros, estamos a dar início a projetos que envolvem diretamente a cidadania. É um processo lento porque implica muitas mudanças, tanto da parte da instituição como dos profissionais e do público.

MEDIAR PARA CUIDAR

Como canta Caetano Veloso "Quando a gente gosta, é claro que a gente cuida". A valorização patrimonial é um processo longo que inclui muitos interlocutores e que idealmente deve começar na nossa infância e deve prolongar-se ao longo da vida. Famílias, escola, museus, bibliotecas, arquivos e outros espaços culturais devem participar ativamente neste processo.

Para que haja um envolvimento consequente da sociedade nas questões patrimoniais, é necessário garantir que o património é uma experiência e isso só acontece se houver um mínimo de literacia cultural que nos permita receber, reconhecer e transportar códigos, chaves de acesso. Públicos conscientes e críticos valorizam, cuidam. A mediação, feita por profissionais qualificados e entendida num sentido de diálogo entre as várias partes envolvidas no processo cultural transforma a visita ao museu ou outro espaço patrimonial num estímulo, numa descoberta, ao apelar à imaginação, sensibilidade e curiosidade. É este o caminho para a salvaguarda patrimonial. Para o alcançarmos, nós, profissionais da cultura, temos de confiar nos públicos, recusar trabalhar para metas e resultados imediatos e apostar na desaceleração, no decréscimo, na qualidade.

"Dai-me a casa vazia e simples onde a luz é preciosa. Dai-me a beleza intensa e nua do que é frugal. Quero comer devagar e gravemente como aquele que sabe o contorno carnudo e o peso grave das coisas.

Não quero possuir a terra, mas ser um com ela. Não quero possuir nem dominar porque quero ser: esta é a necessidade.

Com veemência e fúria defendo a fidelidade ao estar terrestre. O mundo do ter perturba e paralisa e desvia em seus circuitos o estar, o viver, o ser. Dai-me a claridade daquilo que é exatamente o necessário. Dai-me a limpeza de que não haja lucro. Que a vida seja limpa de todo o luxo e de todo o lixo. Chegou o tempo da nova aliança com a vida."

Sophia de Mello Breyner Andresen, inédito sem data,
in <https://purl.pt/19841/1/1990/1990.html>



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAILLET, Elisabeth – *La Médiation Culturelle: cinquième roue du carrosse?* Paris: L'Harmattan, 2016. ISBN: 9782343078144.

FERREIRA, Inês – *Criatividade nos Museus: Espaços "Entre" e Elementos de Mediação.* Lisboa: Caleidoscópio, 2016. ISBN 9789896583910.

JANES, Robert R. (editor), SANDELL, Richard (editor) – *Museum Activism.* Oxfordshire: Routledge, 2019. ISBN 9780815369967.

PEYRIN, Aurélie – *Être médiateur au musée – Sociologie d'un métier en trompe-l'oeil.* Paris: La documentation française, 2010. ISBN 2110075007.

WATSON, Sheila – *Museums and their Communities.* Oxfordshire: Routledge, 2007. ISBN 9780415402606.

Luís Horta Lima

TÉCNICO SUPERIOR DE ARQUIVO

ARQUIVO HISTÓRICO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA



HO

O RESGATE DE DOCUMENTOS DOS ANTIGOS RECOLHIMENTOS DA CAPITAL: CONTRIBUTO PARA A SALVAGUARDA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL E DOS SEUS AGENTES

INTRODUÇÃO/ RESUMO

A inexistência ou a inoperância de políticas de gestão documental acarretam riscos de deterioração natural, de destruição não autorizada ou de acumulação de documentos em aglomerados de pastas e papéis que constituem verdadeiras barreiras de acesso aos conteúdos informativos.

Considerando os documentos de arquivo como produtos autênticos e singulares das pessoas e das organizações no exercício das suas atividades, com capacidade para testemunharem os atos que os originaram, torna-se compreensível a dependência da memória institucional relativamente à preservação dos arquivos e à acessibilidade aos dados que estes contêm.

O objetivo do presente artigo é expor os contornos metodológicos e os instrumentos técnicos em que se alicerçou a intervenção do Arquivo Histórico (AH) da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) no resgate e na valorização de um núcleo documental dos extintos Recolhimentos da Capital (RC), instituição que conheceu vários enquadramentos orgânicos e funcionais ao longo da sua história e que em 2013 foi integrada definitivamente na SCML.

I – A RECUPERAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DO NÚCLEO DOCUMENTAL DOS RECOLHIMENTOS DA CAPITAL

Um desafio que se impõe ao trabalho arquivístico é a dicotomia entre a importância da salvaguarda e a conveniência da eliminação. Assumindo-se que não é possível, nem desejável, manter permanentemente a globalidade da documentação – pelos elevados custos associados à afetação de espaços apropriados ou pela redundância dos conteúdos informativos – torna-se necessário aplicar instrumentos técnicos que legitimem a conservação do que é considerado, objetivamente, relevante e único e a eliminação dos conteúdos supérfluos.

A conceção de instrumentos técnicos normalizados para a resolução do citado desafio tem motivado o desenvolvimento de diversos projetos por parte do órgão coordenador da política arquivística nacional, atual Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), que culminaram na disponibilização de referenciais passíveis de utilização por todas as entidades produtoras de informação pública na preparação dos seus próprios instrumentos de classificação e avaliação documental⁽¹⁾.

Manifestada a necessidade de se removerem das instalações do Recolhimento da Encarnação as massas documentais produzidas pelos RC, que tinham neste espaço a sua sede, e perante a impossibilidade de uma transferência total e imediata para os depósitos do AH, decidiu-se que o tratamento arquivístico seria efetuado no próprio local de acumulação e que se segmentaria nas seguintes etapas ou conjunto de operações técnicas, não obrigatoriamente sequenciais:

a) Reverter o caos – reconhecimento, organização e higienização

A documentação a interencionar encontrava-se acumulada na designada "Casa 48" do Recolhimento da Encarnação, espaço que depois do falecimento da última utente que o ocupou terá funcionado como local de depósito do arquivo dos RC.

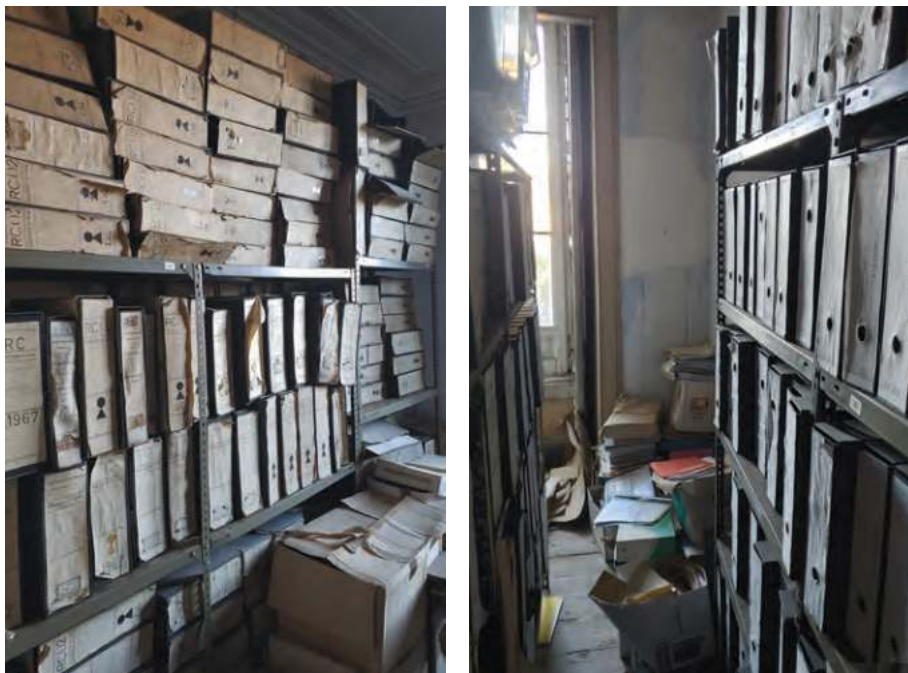
Página ao lado:

Figura 1 – Representação da entrada da "Casa 48" do Recolhimento da Encarnação. Local de depósito do arquivo dos Recolhimentos da Capital.

⁽¹⁾ Os vários instrumentos técnicos e informativos estão disponíveis na *Plataforma CLAV – Classificação e Avaliação da Informação Pública*. Disponível em: <<https://clav.dglab.gov.pt/>>



A disposição do conjunto documental denotava dispersões e descontinuidades físicas das unidades de instalação (pastas, caixas e livros) pertencentes às diversas séries documentais, por vezes sem uma ordenação lógica reconhecível. Tornou-se, assim, indispensável esta primeira fase de identificação geral do universo documental a tratar.



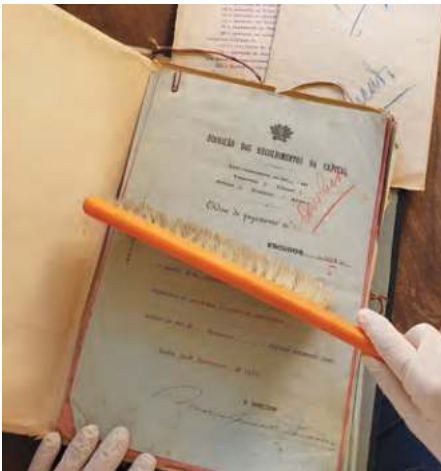
Figuras 2 e 3 – Ilustrações da disposição dos documentos anteriormente à intervenção do AH.

Tendo como referência a identificação atribuída a cada pasta ou livro, procurou-se primeiro agrupar e depois organizar cronologicamente as unidades de instalação relacionadas, de modo a reconstituir, tanto quanto possível, as séries documentais originais. Este trabalho foi executado de forma minuciosa, pois a disposição encontrada poderia revelar detalhes informativos sobre o quotidiano e a evolução da entidade produtora ou sobre a forma como o arquivo estaria originalmente organizado.



Figuras 4 e 5 – Ilustrações dos trabalhos de reconhecimento e organização prévia da documentação (Fotografias de João Oliveira – Núcleo de Audiovisuais e Multimédia da SCML).

No decurso da identificação prévia dos documentos procedeu-se, também, à higienização superficial das pastas, algumas das quais com acumulação extrema de poeiras. Para a documentação a conservar permanentemente, a limpeza iniciada nesta fase deverá ser complementada com a remoção de todos os materiais que constituam ameaças à integridade dos suportes, como agrafos, cliques ou elásticos. As ações de higienização serão finalizadas com o expurgo completo dos documentos a incorporar nas instalações do AH.



Figuras 6 e 7 – Ilustrações dos trabalhos de higienização dos documentos.

Um breve resumo desta fase dos trabalhos é apresentado na segunda parte do presente artigo, dedicada à sistematização das origens, da evolução e da contextualização orgânico-funcional dos RC.

c) Valorar a informação – avaliação, seleção e eliminação

A avaliação é a operação arquivística que visa a resolução do desafio acima mencionado, legitimando não só a conservação da informação que garante direitos e deveres e preserva a memória das sociedades, das instituições e dos indivíduos, como também a eliminação dos dados considerados excedentes ou redundantes.

Concretizada na definição de um prazo de conservação administrativa⁽²⁾ e de um destino final⁽³⁾, a avaliação implica a tomada de decisões que, depois de validadas pelo órgão coordenador da política arquivística nacional⁽⁴⁾, são vertidas em dispositivos legais, como Portarias de Gestão de Documentos (PGD)⁽⁵⁾ ou Relatórios de Avaliação de Documentação Acumulada (RADA)⁽⁶⁾.

Entre os dispositivos legais disponíveis, a única solução possível para a avaliação do núcleo documental em análise – que engloba maioritariamente documentação produzida e recebida pelos extintos RC, entre os anos trinta do século XX e o início do século XXI – é a elaboração de um RADA⁽⁷⁾, constituído pelos seguintes elementos⁽⁸⁾:

1) Relatório expositivo – com a identificação da metodologia e plano de atuação; local de depósito dos documentos; contexto de produção documental; sistema de organização encontrado; entidades responsáveis pela custódia dos documentos; lacunas documentais encontradas e possíveis explicações.

⁽²⁾ PCA – “Período de tempo, registado em anos, durante o qual a informação deve ser mantida para responder a necessidades de negócio, requisitos organizacionais, responsabilização e obrigações legais” (Portugal. DGLAB, 2019 – *Boas Práticas de Eliminação de Documentos* [em linha]. Disponível em: <https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2019/08/FT9_Eliminacao_2019-08-20.pdf.pdf>)

⁽³⁾ DF – “Decisão de conservação permanente ou de eliminação findo o PCA” (Portugal, DGLAB, 2019).

⁽⁴⁾ Em Portugal, a avaliação da informação pública é regulada pelo Decreto-Lei n.º 447/88, de 10 de dezembro, que torna obrigatório o envolvimento do órgão coordenador da política arquivística nacional para as decisões de eliminação de documentos.

⁽⁵⁾ As PGD são publicadas em *Diário da República*, após assinatura conjunta do ministro que superintende nos serviços e entidades envolvidos e do membro do Governo responsável pela área da cultura (Cf. n.º 1 do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 447/88, de 10 de dezembro).

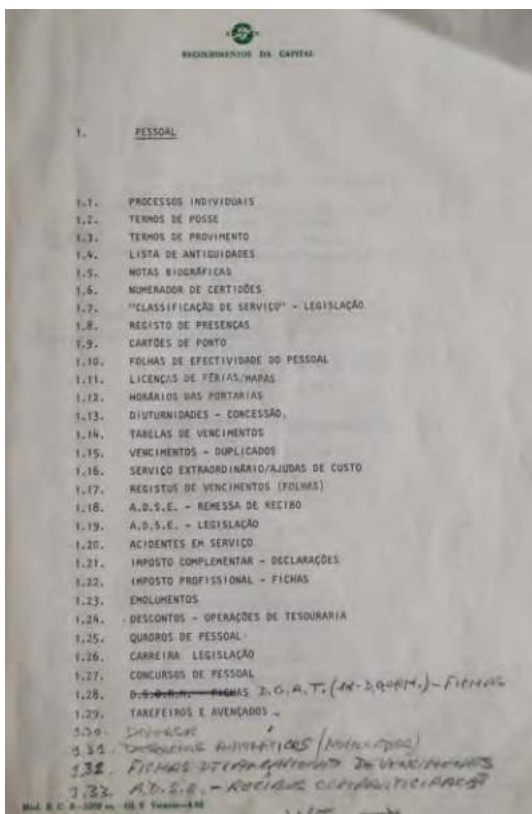
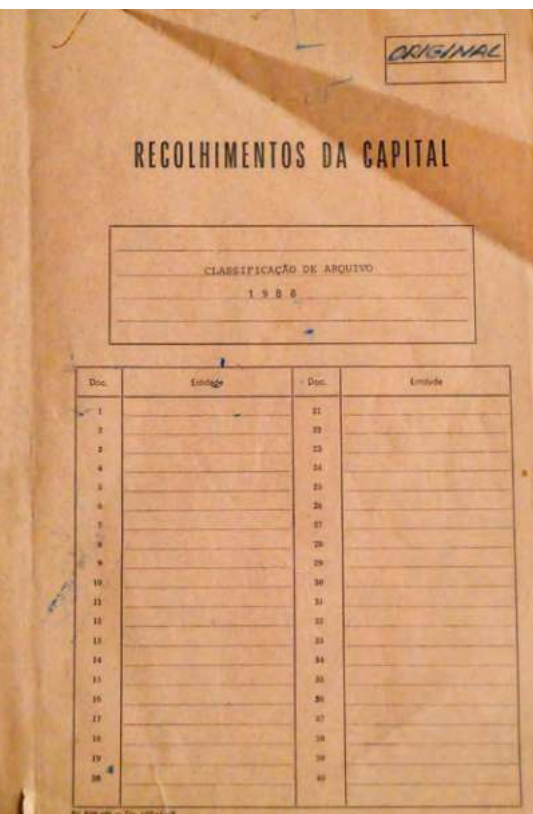
⁽⁶⁾ Os RADA são aplicáveis a massas documentais acumuladas, não contempladas em PGD. O instrumento de avaliação enquadrado no RADA, denominado tabela de seleção, é aprovado por despacho do diretor-geral da DGLAB, o qual é transmitido por ofício à entidade proponente (cf. n.º 4 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 121/92, de 2 de julho; alínea k do art.º 3.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho).

⁽⁷⁾ A Portaria n.º 6/2017, de 4 de janeiro, que aprova o Regulamento de Gestão de Documentos da SCML, apenas pode ser aplicada à documentação produzida e recebida pelos departamentos, serviços e estabelecimentos da SCML.

⁽⁸⁾ Cf. Portugal, DGLAB (2019).

2) Tabela de seleção - deve conter o enquadramento da documentação numa estrutura classificativa e a identificação dos seguintes elementos referentes a cada uma das séries: âmbito e conteúdo; datas extremas; prazo de conservação administrativa e destino final, com as respetivas fundamentações.

Em conformidade com o tradicional princípio arquivístico do respeito pela ordem original, estabelecida durante a vida ativa dos documentos, será utilizada como referência, ainda que passível de atualizações, uma estrutura classificativa identificada no conjunto documental, comprovadamente aplicada na referenciação de algumas pastas de documentos.



Figuras 10 e 11 - Representação fotográfica do "Classificador de arquivo" ou estrutura classificativa para a documentação dos RC (1988).

3) Auto de eliminação - elaborado para toda a documentação cujo destino final seja a eliminação. Este instrumento faz prova do abate patrimonial, demonstrando que determinado conjunto de documentos existiu, cumpriu a sua função, bem como o prazo de conservação administrativa, e foi eliminado.

d) Promover o acesso – descrição e difusão

Considerando que o objetivo primordial de todo o trabalho arquivístico é garantir e promover o acesso à informação, alguns dos registos das séries de conservação permanente efetuados na tabela de seleção serão complementados com dados detalhados sobre os respetivos conteúdos⁽⁹⁾.

Após a identificação global da documentação, conforme os referenciais de descrição arquivística e em conformidade com a legislação sobre o acesso ao património arquivístico⁽¹⁰⁾, será divulgada a existência e o conteúdo informativo deste conjunto documental nos meios utilizados para os restantes fundos à guarda do AH, abrindo caminho aos investigadores e ao conhecimento futuro.

II – ORIGENS E CONTEXTOS DOS RECOLHIMENTOS DA CAPITAL

Reconhecendo-se a complexidade do estudo dos diversos recolhimentos da cidade de Lisboa, criados maioritariamente entre os séculos XVI e XVIII, atravessando distintos regimes políticos, bem como diferentes contextos sociais, religiosos e culturais, e continuando ativos, parte deles, em pleno século XXI, apresentamos, de seguida, alguns dados gerais sobre o estabelecimento e a evolução destes organismos. Será também apresentado, na *figura 12*, um breve roteiro cronológico da entidade agregadora denominada RC, elaborado a partir de diplomas legislativos e regulamentares.

Os recolhimentos nasceram como estruturas assistenciais e de proteção feminina, de iniciativa maioritariamente particular e laica, incentivada por princípios religiosos ligados a benefícios espirituais como a salvação da alma⁽¹¹⁾, sob influência, entre outros aspetos, da reforma católica e das alterações à estrutura familiar impostas pela expansão ultramarina e pelas sucessivas crises de mortalidade⁽¹²⁾. Tinham como propósito afastar as mulheres do mundo para as proteger, educar ou para as regenerar, com o objetivo de as reintegrar na sociedade, sobretudo através

⁽⁹⁾ Para tornar mais eficaz a recuperação dos conteúdos informativos, por exemplo, das séries de processos de utentes ou de processos de funcionários, serão acrescentados os seguintes elementos descritivos, relativos a cada processo: número dos processos; nome dos titulares; datas extremas.

⁽¹⁰⁾ Segundo o art.º 44.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que altera o art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro – n.º 2, "são acessíveis os documentos que integrem dados nominativos: a) Desde que decorridos 30 anos sobre a data da morte das pessoas a que respeitam os documentos; ou b) Não sendo conhecida a data da morte, decorridos 40 anos sobre a data dos documentos [...]; n.º 3 "Os dados sensíveis respeitantes a pessoas coletivas, como tal definidos por lei, são comunicáveis decorridos 30 anos sobre a data da extinção da pessoa coletiva [...]".

⁽¹¹⁾ Martins (1961, p. 8); Reis (2004); Jesus (2006, p. 11).

⁽¹²⁾ Rijo (2015, p. 9); Liberato (2004).

do matrimônio⁽¹³⁾. São considerados espaços de clausura⁽¹⁴⁾, com requisitos de admissão bem definidos e com rígidas regras de comportamentos e de atividades quotidianas⁽¹⁵⁾.

Com os novos contextos políticos, sociais e religiosos introduzidos com a Revolução Liberal – que conduziu ao recrudescimento das responsabilidades estatais na assistência pública – os recolhimentos passam a ser integrados nas estruturas orgânicas do Estado. Os primeiros passos para o lançamento das políticas de assistência pública são dados durante a Monarquia Constitucional, com a criação, em 1835, do Conselho Geral da Beneficência, organismo que em 1851 vai representar a primeira tutela dos RC.

Após a implantação da República, passando a ser reconhecido o direito à assistência pública, os recolhimentos vão perder a ação educativa⁽¹⁶⁾, destinando-se, em 1930, a fornecer habitação gratuita a viúvas ou filhas solteiras de oficiais do exército e da armada ou de funcionários civis que tivessem prestado serviços distintos à Nação e que se encontrassem em processo de empobrecimento pela falta de meios de subsistência⁽¹⁷⁾.

A partir de 1950, começam paulatinamente a tornar-se estruturas residenciais que desenvolvem atividades de apoio social a pessoas idosas⁽¹⁸⁾. Os requisitos de admissão deixam também de ter como referência o enquadramento sociofamiliar dos candidatos, passando a valorizar-se as vulnerabilidades socioeconómicas dos utentes.

⁽¹³⁾ Veja-se, por exemplo, o regimento do Recolhimento Real das Órfãs Honradas, aprovado a 8 de maio de 1613, destinado a "mulheres órfãs, virtuosas e pobres poderem ser recolhidas e mantidas, até se lhes buscar remédio de vida". Apud. Silva, José Justino de Andrade e (1854, p.9) – *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*. 1613-1619 [Em linha]. Disponível em: <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=95&id_normas=19449&acao=ver>

⁽¹⁴⁾ O padre Rafael Bluteau define recolhimento como "Casa com Igreja, em que segundo a mente e instituição do fundador, se recolhem mulheres de diferentes estados e vivem com clausura e observância à regente". (1720, p. 157) – *Vocabulario Portuguez & Latino (...)* [Em linha]. [Tomo 6]. Disponível em: <https://purl.pt/13969/4/I-2777-a/I-2777-a_item4/I-2777-a_PDF/I-2777-a_PDF_24-C-R0090/I-2777-a_0000_capa-cap_a_t24-C-R0090.pdf>

⁽¹⁵⁾ Vejam-se os regulamentos do Recolhimento da Rua da Rosa e do Recolhimento do Calvário, aprovados pelo Decreto de 15 de outubro de 1822 e pelo Decreto de 14 de novembro de 1892.

⁽¹⁶⁾ Desde 1870 que a valência educativa dos RC era assegurada apenas pelos recolhimentos do Calvário e da Rua da Rosa.

⁽¹⁷⁾ Cf. art.º 16.º do Decreto n.º 18404, de 31 de maio de 1930. Veja-se também o art.º 18.º do mesmo diploma, com a síntese dos documentos necessários para a admissão e no qual são, ainda, mencionados os seguintes requisitos: maiores de 50 anos de idade; comprovada pobreza; saudáveis; bom comportamento moral e civil; posse de comprovativo dos serviços prestados à Nação pelos maridos ou pais.

⁽¹⁸⁾ Segundo Aguiar (1950), em 1950 viviam nos RC, cerca de 250 senhoras de idade avançada e débil estado de saúde, filhas ou viúvas de oficiais do exército ou da armada, que beneficiavam de habitação, subsídios, medicamentos, assistência médica e demais vantagens inerentes à sua situação de recolhidas.

Figura 12 – Roteiro cronológico da evolução histórica dos RC entre 1851 e 2013.

Datas	Tutelas e recolhimentos integrados	Mandatos/Fontes de autoridade
1851	. Estabelecimento dos RC sob a tutela do Conselho Geral de Beneficência e a direção de um Provedor Geral; . Recolhimentos integrados*: Rua da Rosa; Calvário; Grilo; São Cristóvão; Lapa; Lázaro Leitão; Rego; Desagravo; Encarnação e Carmo; Passadiço.	Decreto de 26 novembro
1870	. Apesar de integrados é referida a gestão autónoma do Recolhimento do Rego, do Recolhimento da Encarnação e Carmo e do Recolhimento da Lapa e Desagravo.	Decreto de 3 agosto
1911	. Integração dos RC no Asilo da Mendicidade (na dependência da Provedoria Central da Assistência de Lisboa).	Decreto de 25 maio
1926	. Integração dos RC no Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios de Previdência Geral; . Recolhimentos integrados: Encarnação, Santos-o-Novo, Merceeiras, Grilo, Lázaro Leitão e São Cristóvão.	Decreto n.º 12598, 30 outubro; Decreto n.º 12911, 15 dezembro
1928	. Transferência do Recolhimento da Encarnação para a Chancelaria das Ordens Portuguesas; . Transferência do Recolhimento/ Pensionato da Rua da Rosa para a SCML.	Decreto n.º 15622, 21 junho; Decreto 15778, 23 julho
1929	. Transferência do Recolhimento de Santos-o-Novo para a Chancelaria das Ordens Portuguesas; . Transferência do Recolhimento da Encarnação e Carmo e do Recolhimento do Passadiço para a SCML.	Decreto 16893, 28 maio; Decreto 17350, 16 setembro

* Como as designações dos recolhimentos, fundamentadas nas invocações religiosas atribuídas pelos instituidores e nos locais onde estiveram sediados, são variáveis ao longo dos tempos, optámos por referir, sempre que possível, apenas as designações toponímicas.

1930	. Recolhimentos integrados: Merceiras, Grilo, Lázaro Leitão e São Cristóvão.	Decreto n.º 18404, 31 maio; Decreto n.º 18566, 30 junho
1934	. Nova incorporação dos recolhimentos da Encarnação e Santos-o-Novo.	Decreto n.º 24371, 17 agosto
1945	. Integração dos RC no Instituto de Assistência aos Inválidos; . Recolhimentos integrados: Merceiras, Encarnação, Lázaro Leitão, São Cristóvão, Grilo e Santos-o-Novo.	Decreto-lei n.º 35108, 7 novembro
1971	. Extinção do Instituto de Assistência aos Inválidos e integração dos RC no Instituto da Família e Ação Social.	Decreto-lei 413/71, 27 setembro.
1981	. Integração funcional dos RC no Centro Regional de Segurança Social de Lisboa.	Portaria n.º 197/81, 20 fevereiro
1993	. Integração orgânica e funcional dos RC no Centro Regional de Segurança Social de Lisboa.	Decreto-Lei n.º 58/93, 1 março
2007	. Integração dos RC no Instituto da Segurança Social, I. P.	Portaria n.º 638/2007, 30 maio
2008	. Recolhimentos integrados: Encarnação, Santos-o-Novo, Grilo, São Cristóvão, Merceiras; . Função: estrutura residencial de apoio social a pessoas idosas.	Regulamento Interno dos RC
2011	. Cedência temporária dos RC, por um prazo de 3 anos, à SCML.	Decreto-lei n.º 16/2011, 25 janeiro
2013	. Transmissão definitiva à SCML, com efeitos a 1 de janeiro de 2014.	Memorando entre o ISS I.P. e a SCML

III – OS DOCUMENTOS COMO SUPORTES DA MEMÓRIA DOS RC E DOS SEUS AGENTES

Como foi possível verificar no ponto anterior, os enquadramentos orgânicos e funcionais dos RC são passíveis de sistematização a partir de diplomas legislativos e regulamentares. Importa, no entanto, questionar o alcance destes diplomas para fornecer dados sobre as efetivas dinâmicas, interações, vivências e experiências institucionais.

Segundo o autor de um relatório sobre a gestão dos RC, elaborado em 1890, a ausência de resoluções relativas ao cartório ou à secretaria, anteriores a 1880, provocou "o extravio de documentos importantes e outros inconvenientes"⁽¹⁹⁾. Assim, para o período compreendido entre 1851, ano do estabelecimento dos RC, e 1880, existe um vazio de informação institucional que não permite complementar ou corroborar outras fontes externas à instituição. Lacunas informativas como a apresentada têm implicações na memória institucional, pois são os arquivos que projetam a entidade produtora e constituem testemunhos privilegiados ou fontes de informação, única e objetiva, sobre a vida das instituições e das relações estabelecidas com os seus agentes humanos⁽²⁰⁾, assim como com outras entidades.

Com o exemplo acima descrito, referente a um dos períodos com lacunas informativas já identificados, procurou-se introduzir a análise do conceito de memória associado aos arquivos e aos documentos de arquivo. Operando no centro da relação dialética entre a lembrança e o esquecimento, os arquivos, considerados não apenas como guardiões da memória, mas como detentores de evidências do passado, possuem a "matéria-prima" para a construção de memórias no presente, as quais podem ser recontextualizadas e projetadas para o futuro⁽²¹⁾. Da mesma forma, também os documentos de arquivo não são memórias, mas, antes, evidências que nos permitem não só recordar um evento, mas também criar e partilhar memórias acerca do mesmo⁽²²⁾.

(19) Constâncio, Domingos Pedro Resende (1890, p. 8) – *Recolhimentos da Capital. Relatório apresentado a Sua Excelência o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino: gerência do anno de 1889-1890. Projeto de reorganização de alguns recolhimentos*. Lisboa: Imprensa Moderna.

(20) Rousseau, Jean-Yves; Couture, Carol (1998, pp. 34-35) – *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Trad. Magda Bigotte Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote; Silva, Armando Malheiro da [et al.] (2002, p. 40) – *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento.

(21) Nora, Pierre (1993) – *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. [em linha]. São Paulo: PUC-SP. N.º 10, pp. 7-27. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>

(22) Millar, Laura (2006) – *Touchstones: Considering the Relationship between Memory and Archives*. *Archivaria* [Em linha]. N.º 61, pp. 105-126. Disponível em: <<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12537/13679>>

Devidamente preservados, contextualizados e acessíveis, os documentos de arquivo têm a capacidade de bloquear o esquecimento das formas de organização e do cotidiano das instituições, bem como dos vários agentes humanos que lhes dão vida, como utentes, dirigentes, técnicos ou auxiliares. Neste âmbito, para os RC, sublinhamos, a título de exemplo, os processos ou agregações documentais das recolhidas ou utentes, que englobam testemunhos da interação com a instituição em períodos, mais ou menos longos, compreendidos entre a admissão e o falecimento. Atendendo aos requisitos de admissão exigidos em alguns períodos, podemos afirmar que estes conjuntos documentais contêm e encerram histórias de vida, fornecendo informação sobre os indivíduos e os seus familiares, constituindo evidências únicas para a salvaguarda da memória e da identidade destas pessoas.



Figura 15 – Representação fotográfica da capa do processo de uma utente dos RC (admitida em 1887 e falecida em 1948).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José Pinto de (1950) – Instituto de Assistência aos Inválidos. Relatório. Subsecretariado da Assistência Social. *Boletim da Assistência Social*. N.º 83/85, pp. 3-57. Lisboa: Tip. A Casa Portuguesa.

JESUS, Elisabete Maria Soares de (2006) – *Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)* [em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado. [Consult. 02 dez. 2022]. Disponível em: <URL: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/19406/2/FLM04301000081645.pdf>>>

LIBERATO, Marco (2004) – Trento, a Mulher e Controlo Social. O Recolhimento de S. Manços. In ABREU, Laurinda (dir.) – *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)* [em linha]. Lisboa: Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 275-289. [Consult. 02 dez. 2022]. Disponível em: <URL: <https://books.openedition.org/cidehus/208>>

MARTINS, Maria Joana de Sousa Anjos (1961) – *Subsídios para o estudo da assistência social portuguesa: os recolhimentos de Lisboa: 1543-1623*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de mestrado.

PORTUGAL. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (2016) – *Elaboração de Relatórios de Avaliação de Documentação Acumulada* [em linha]. Lisboa: DGLAB. [Consult. 20 dez. 2022]. Disponível em: <URL: https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2017/08/FT1_RADA.pdf>

REIS, Maria de Fátima Dias dos (2004) – Poder régio e tutela episcopal nas instituições de assistência na época moderna. Os Recolhimentos de Lisboa. In ABREU, Laurinda (dir.) – *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)* [em linha]. Lisboa: Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 263-274. [Consult. 02 de dez. 2022]. Disponível em: <URL: <<https://doi.org/10.4000/books.cidehus.206>>

RIJO, Delminda (2015) – *Recolhimentos de Lisboa: da Época Moderna à República. Estudo de caso*. [Em linha]. [Consult. 02 dez. 2022]. Disponível em: <URL: https://www.academia.edu/32225877/RECOLHIMENTOS_DE_LISBOA_DA_%C3%89POCA_MODERNA_%C3%80_REP%C3%9ABLICA_S%C3%89CS_XVI_XX_ESTUDO_DE_CASO_2015>

António Camões Gouveia

NOVA-FCSH/CHAM; UCP/CEHR
COORDENADOR CIENTÍFICO
DO PROJECTO *RELIQUIARUM*

O autor não faz uso do AO.



Relicário da colecção de D. João de Borja, inv. SCML.MSR.RL.1001.

INVENTARIAR RELÍQUIAS, PARA INVESTIGAR PESSOAS

INTRODUÇÃO, UM PROJECTO

Este curto trabalho centra-se num caso, o da inventariação das relíquias da colecção do Museu de São Roque no âmbito do projecto *reliquiarum*. Nas suas páginas retomam-se conceitos e práticas da inventariação muito conhecidas, e debatidas, e referem-se as linhas gerais da sua aplicação nas relíquias e as suas consequências imediatas. De que forma a prática da inventariação aqui descrita irá possibilitar e dar corpo ao portal *reliquiarum* será a parte final do trabalho.

PREMISSA

A *Lei Quadro dos Museus Portugueses*, Decreto-Lei n.º 47 de 2004, apesar das suas quase duas décadas, possui, na sua estrutura e, mesmo, conceptualização, uma actualidade de guia ainda hoje muito recomendável.

Fundamental foi, logo no seu Capítulo II sobre o *Regime geral dos museus portugueses*, a Secção I, artigo 7.º sobre as *Funções do museu*, logo em seguida enumeradas.

Diz o normativo que "o museu prossegue as seguintes funções": estudo e investigação; incorporação; inventário e documentação; conservação; segurança, interpretação e exposição; educação. Cada um das funções merece detalhadas considerações e determinações. Agora a atenção centrar-se-á na terceira função, inventário e documentação, destacando três tópicos (artigos 19.º, n.º 1; 20.º, n.º 2; 24.º, n.º 1 e n.º 2) que podem ajudar a enquadrar o trabalho do *reliquiarum*.

No artigo 19.º, referindo-se a ficha de inventário, menciona-se especificamente que cada uma delas deverá estar "de acordo com as regras técnicas adequadas à sua natureza". São considerados dois níveis de adequação: a estrutura dos bens culturais que dão corpo à colecção do museu e a adequação das fichas à sua natureza.

No artigo 20.º a preocupação do legislador marca a complementaridade entre o registo informatizado e "outros registos que identificam os bens culturais existentes no museu em outros suportes". A importância de a atitude de inventariação ser aberta aos cruzamentos de informação registados noutros suportes.

Por fim, no artigo 24.º, fica muito clara a distinção entre objecto inventariado e propriedade do bem cultural, seja ele afecto à Igreja ou ao Estado. Esta ressalva assenta numa clara definição dos contornos e limites da inventariação, concebida, e bem, como um "instrumento de descrição, identificação e individualização" dos bens culturais à guarda de museus.

Adequação, cruzamento e posse. Estas são, em síntese, as conclusões a retirar e a acentuar nestes três artigos.

EXPOSIÇÃO E BOAS PRÁTICAS

Na entrada da exposição *Relíquias?*, presente ao público de 28 de Setembro de 2022 a 29 de Janeiro de 2023, e a primeira do projecto *reliquiarum*, logo na sala de abertura, em dois painéis justapostos, escreveu-se:

INVENTARIAR

proteger? coleccionar?

A devoção às relíquias levou à sua reunião em colecções. Com origem em diferentes santos, as relíquias foram expostas em capelas, onde a quantidade e variedade parecem sobrepor-se à valorização individual de cada santo. Este aspecto ganhou síntese em pequenas colecções-relicário para transporte pessoal na procura de uma protecção alargada.

DOCUMENTAR

representação? realidade?

A história das relíquias e dos seus invólucros ou relicários conheceu múltiplos ecos escritos e (áudio)visuais ao longo do tempo, os quais muitas vezes perduram para além dos próprios objectos. A análise destes registos não só ajuda a compreender as práticas devocionais e artísticas criadas em torno das relíquias como concorre para a preservação da sua memória.

Nesta exposição o que se queria era mostrar o projecto *reliquiarum*. Começar com o inventário e a documentação das relíquias é uma operação inultrapassável e consequente com todos os estudos futuros. Uma inventariação, uma inventariação qualificada, ou seja, sempre documental.

Se se retomarem os dois pequenos textos dos painéis expositivos, detectam-se algumas orientações claras e dirigidas.

Num nível analítico, podem reter-se palavras-chave marcantes. No centro estão as "relíquias", são elas que nascem dos "santos" e se agrupam em conjuntos que originam, "colecções", estando estas dispersas e "expostas" desde os lugares públicos (capelas, mas também museus) até à intimidade devocional de cada crente. Ao mesmo tempo percebe-se a atenção às distintas bases documentais, desde as mais habituais em suporte escrito, mas mesmo sobre essas, desde logo, uma preocupação com o seu ciclo de reprodução e recepção, daí os "ecos escritos". Em paralelo, abrem-se à investigação



SCREENCAPS Os novos campos de inventariação resultantes do projecto reliquiarum.

os documentos de suportes públicos "(áudio)visuais". Querem considerar-se como meios de documentação todos os "registos" possíveis, assim se permitindo que o objecto se deixe atravessar por diferentes camadas de perspectivas de poder e de saber e, até mesmo, de diacronia.

Primeira conclusão: o *reliquiarum* vai inventariar colecções expostas de relíquias de santos e vai fazê-lo recorrendo a todas as variações de registos documentais detectados.

Num nível de síntese, encontra-se uma proposta de orientação, em aberto, figurada nas duas oposições de palavras interrogativas: proteger? coleccionar? e representação? realidade? Estamos no mesmo nível. O que se procura é um encontro de perspectivas. Numa primeira, desenha-se um campo comum, o da descrição, quer dizer, construir inventário é uma precaução de segurança dos bens culturais, de concentração de olhares sobre as peças, de descrição informativa e, por estes caminhos, melhora-se o encontro com a realidade. Na segunda, permitem-se olhares de investigação. Como proteger, construir colecção, representar o objecto e tornar a realidade um objecto a conhecer?

Segunda conclusão: entre o objecto inventariado e o objecto a estudar existe um não-objecto, um objecto-sujeito (?), epistemologicamente acessível, porque documentável e detentor de multiplicidades de potencial de conhecimento.

Inventariar como forma de documentar é uma preocupação de fundo no *reliquiarum*.

INVENTARIAR É SEMPRE DOCUMENTAR

Como se pode ler, não é nem por obrigação legal, nem porque é habitual ou uma boa prática fazer-se, que neste projecto se inventaria. Inventariar uma colecção, ou um conjunto de objectos que se incluem dentro de uma colecção, como acontece com as relíquias no Museu de São Roque, é um exercício científico da maior utilidade e que exige muitas precisões. Sem um inventário completo, quer dizer, que corra o maior número possível de dimensões informativas e interpretativas do objecto coleccionado, dificilmente se pode esperar uma mediação correcta, quer na inclusão do objecto em compreensões interpretativas nas várias áreas de conhecimento onde ele se insere como testemunho documental, quer nas atitudes de didáctica participativa de um museu.

O inventário funciona como um primeiro nível de documentação do objecto. Documentação de ponto de partida, como são todas as declinações sobre estrutura e suporte material, dimensões, integridade ou faltas, estado de conservação, cores, texturas, descrição exterior e, claro, localização e incorporação. Depois, como está a acontecer no portal *reliquiarum*, concede-se ao investigador um conjunto de indicações e de documentos que permitam catalogar o objecto como relíquia, acrescentando um corpo de dados inerentes ao objecto, que lhe são específicos e permitem variações interpretativas iniciais e índices para uma interpretação alargada.

Recordem-se os três tópicos atrás destacados a partir da *Lei Quadro dos Museus Portugueses* que, na síntese, se reduziram a adequação, cruzamento e posse.

RELÍQUIA, UM OBJECTO A INVENTARIAR: ADEQUAÇÃO

O esquecimento das relíquias nos relicários, submersas em riqueza de ostentação e afirmativa estética de poder, deixou que os próprios investigadores só nos últimos anos as venham recuperando como objecto privilegiado do estudo da cultura material do campo religioso.

Partindo de uma colecção estacionada num museu, como é o caso que aqui se aborda, os interessados nessas pesquisas encontram já muito trabalho realizado quanto ao relicário, o que, por vezes, auxilia o estudo da relíquia. Assim acontece no Museu de São Roque.

Só que o projecto *reliquiarum*, colocando o seu objecto de estudo na relíquia e nas dimensões que ela assume no mundo religioso, obriga a um novo inventário: o das relíquias encerradas nos relicários.

Mas porquê e como inventariar as relíquias?



Pormenor da relíquia de um espinho da Coroa de Cristo, inv.SCML.MSR.RL.0285.



Braços-relicário com movimento, inv.SCML.MSR.RL.1241, 1259, 1257, 1249, 1266, 1251, 1253, 1243.

Apesar de todas as dimensões de ética do património que envolvem e do respeito que devem merecer todos aqueles que nelas acreditam como factor de acesso ao santo e, por aí, a Deus, as relíquias são um pequeno objecto gerador de círculos humanos muito variados, mas muito presentes ainda hoje. Por esta razão de fundo não deverão ser excluídas de estudos críticos e aprofundados que permitam um maior conhecimento em diferentes áreas das artes sociais e humanas.

Mas deverão ser tomados cuidados críticos de aproximação a estas peças tão especiais, muitas delas restos humanos, muitas delas detentoras de poderes sacrais no universo de crenças cristãs-católicas. Esses cuidados tiveram uma primeira exigência: adequar os campos de investigação ao objecto que se questiona.

Nessa direcção, partindo do sistema informático em utilização no Museu de São Roque, foram privilegiados e acrescentados novos campos na inventariação documental. São onze esses novos campos que, em enumeração alfabética, originam a seguinte lista: devoções, entidades, inscrições, inventariantes, localizações, materiais, medidas, objectos, origem, proveniências, santos. Olhando-os, podemos verificar a permanência com a preocupação de dados métricos, geográficos e quantitativos mas qualificados, por especificidades informativas de base documental. No primeiro grupo são de mencionar os inventariantes, as localizações, os materiais e as medidas. No segundo importam as devoções, as entidades, as inscrições, os objectos, a origem, as proveniências e os santos que originaram a relíquia.

O INVENTÁRIO *RELIQUIARUM*: CRUZAMENTO

Nunca é demais salientar as possibilidades alargadas de utilização dos inventários dos museus que a disponibilização em *open access* vem permitindo. Também, por isso mesmo, importa sempre cuidar da informação e do papel que esses catálogos possibilitam. A clareza e precisão da informação, a qualidade das imagens e a abertura à recepção imediata de sugestões e à aceitação de perguntas merecem ter dimensão estrutural.

Por estas razões a inventariação das relíquias será disponibilizada de forma integrada com o inventário do Museu de São Roque e, no caso das peças exteriores ao museu, irá sempre remeter para as instituições que as tutelam ou possuem. Desta forma as relíquias poderão sempre reganhar integração nas respectivas instituições de partida, beneficiando-as e enriquecendo-as com as visitas *online* e as possíveis questões.

Estes mecanismos diversificados serão mais um dos vectores de qualidade de todo o conspecto de inventariação das relíquias, beneficiando de interconexões, de cruzamentos mais ou menos expectáveis.

AS MUITAS RELÍQUIAS DO *RELIQUIARUM*: POSSE

O ponto de partida do inventário do *reliquiarum* é a colecção do Museu de São Roque. Mas a intenção é mais ambiciosa. Deverá acontecer o seu alargamento a outros espaços museográficos e a posses muito diferenciadas das relíquias.

A progressão geográfica prevista, e desejada, para a recolha de informação sobre relíquias e a sua inventariação e respectiva documentação, está desenhada. O círculo alarga-se, a partir da Igreja e Museu de São Roque, às Misericórdias da União das Misericórdias Portuguesas (UMP). Deverá chegar às dioceses e contar com as igrejas, os museus diocesanos, os museus paroquiais e as sacristias. As casas e capelas das confrarias e irmandades não devem ser esquecidas. Noutra linha, haverá que tocar os museus da Rede Portuguesa de Museus e as colecções particulares que se disponibilizem. Por fim, seria muito interessante – e importante – considerar as relíquias de alguns pontos geográficos de África, do Brasil e da Ásia.

Um programa ambicioso, demorado e necessariamente crítico, mas do maior interesse. Perceber lógicas de posse e de afectação, cadeias de doadores, permanências e movimentações na geografia, consolidações simbólicas e identitárias, poderiam resultar compreensíveis e explicativas ao tratar-se este mapa de inventário dos espaços de Portugal e da presença portuguesa noutros continentes.



Pormenor da relíquia de um crânio, inv.SCML.MSR.RL.1060.



Pormenor da relíquia de um crânio com filactéria, inv.SCML.MSR.RL.1021.

A QUALIFICAÇÃO DAS RELÍQUIAS NO PORTAL *RELIQUIARUM*

A construção de um inventário alargado de relíquias dentro das propostas abordadas, incluindo sempre uma abertura e uma multiplicidade convergente de meios documentais, vai ter resultados que futuramente serão muito evidentes. Este percurso de inventariação documental com finalização na investigação, iniciado pelo Museu de São Roque com o projecto *reliquiarum*, deixa muito a esperar.

Além da configuração deste universo de peças esquecidas no inventário nacional dos bens culturais, importa ainda enunciar duas conclusões para este projecto que tem na inventariação o seu motor:

- A inventariação prevista, e o seu largo campo geográfico e de inscrição institucional, deverá vir a constituir-se como que numa reserva visitável das relíquias. As relíquias que constem do *reliquiarum* serão um corpo de excelência para estudos de cultura material do religioso, permitindo avanços de consistência documental e com uma originalidade assegurada.
- As relíquias inventariadas deverão gerar estudos de cadeias ou de círculos de pessoas: o santo, os seus companheiros ou seguidores próximos; os eclesiásticos, teólogos e gentes de poder implicados nos processos de canonização; os protectores e patronos, que vestem as relíquias de relicários e as instalam em altares, numa esfera de cultura visual estética e agregam técnicas da pintura à escultura, da ourivesaria ao livro, à gravura, aos têxteis; os que lhes guardam devoção e as consideram parte da sua vivência do religioso; os que se lhes opõem e as contestam; todos os que fazem festa na rua, em seu torno e no seu dia do calendário litúrgico; muitas pessoas, muitas realidades sociais e de poder.

Folha de recolha de dados exteriores ao MSR para o portal *reliquiarum*.



Busto-relicário desmontado, inv.SCML.MSR.RL.1032.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUZA ÁLVAREZ, José Luis – *Religiosidad contrarreformista y cultura simbólica del Barroco*. Madrid: CSIC, 1990. ISBN: 84-00-07073-9.

IRELAND, Tracy; SCHOFIELD, John (editors) – *The ethics of cultural heritage*. New York: Springer, 2015. ISBN: 978-1-4939-1648-1.

MCCLELLAN, Andrew – *The art museum from Boullée to Bilbao*. Berkeley: University of California Press, 2008. ISBN: 978-0-520-24767-3.

NORA, Pierre (direction) – *Actes des Entretiens du Patrimoine. Science et conscience du patrimoine*. Paris: Fayard, 1997. [cf. pp. 101-116, 257-267, 321-330]. ISBN: 2-213-59850-9.

ORZECH, Charles D. – *Museums of world religions. Displaying the divine, shaping cultures*. London: Bloomsbury Academic, 2021. ISBN: HB:978-1-3500-1624-8.

Reliques modernes. Cultes et usages chrétiens des corps saints des Réformes aux révolutions. dir. Philippe Boutry, Pierre Antoine Fabre & Dominique Julia. Paris: Éditions EHESS, 2009, 2 vols. ISBN: 978-2-7132-2174-3, 978-2-7132-2188-0. ISSN: 1962-7505.

Supra Devotionem. Reliquias, cultos y comportamientos colectivos a lo largo de la historia. ed. Francisco Alfaro Pérez, Carolina Naya Franco. Zaragoza: Servicio de Publicaciones. Universidad de Zaragoza, 2019. ISBN: 978-84-16723-72-0.

Susana Gago

TÉCNICA SUPERIOR DE BIBLIOTECA, ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO



Dcompromisso Da confi
ria da Misericórdia.

VALORIZAÇÃO E SALVAGUARDA DO LIVRO ANTIGO DA SCML

INTRODUÇÃO

Com a fundação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) teve início aquela que é hoje a Coleção de Livro Antigo desta instituição. Com cerca de três mil livros, é um património cultural precioso, à guarda do Arquivo Histórico.

Os livros que aqui se encontram são representativos de todas as áreas do saber, tornando visível como se constituiu, desenvolveu e divulgou o conhecimento ao longo de três séculos de edição.

Apresentamos seis obras de diversas áreas do conhecimento que ainda hoje são objeto de observação e estudo por parte dos especialistas, o que nos mostra a atualidade e o valor desta importante coleção bibliográfica.

A CRIAÇÃO DA COLEÇÃO DE LIVRO ANTIGO DA SCML

CONTEXTO HISTÓRICO

Fundada em 1498 pela rainha D. Leonor, viúva de D. João II, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa possui um vasto património cultural que inclui uma importante coleção bibliográfica reunida desde a sua fundação até à atualidade. Esta coleção é proveniente de quatro fundos: Misericórdia de Lisboa, Companhia de Jesus, Convento de São Pedro de Alcântara e Livraria do Palácio do Marquês de Alegrete, num total de cerca de 3000 impressos de tipografia portuguesa e estrangeira, do período convencionado para o livro antigo (séculos XV a XVIII). Integram também esta coleção três importantes incunábulos de produção quatrocentista.

A fundação da Misericórdia de Lisboa, à qual se seguiram muitas outras por todo o país, constituiu um novo paradigma assistencial adaptado à nova realidade social que então se vivia. Surge uma nova forma de pensar, que se traduziu numa gestão de natureza mais prática e eficaz, capaz de cumprir a sua missão de apoio aos mais necessitados.

A Misericórdia recebe legados de beneméritos que reconhecem à instituição os seus nobres valores de bem-fazer. Esta ação benemérita tem sido constante ao longo dos 524 anos de existência da Santa Casa e podemos dizer que é constitutiva e fundadora da sua cultura.

Interessante e curiosa é a coincidência temporal entre o surgimento do livro impresso, a fundação da SCML e a chegada de Vasco da Gama à Índia. Como sabemos, o primeiro livro impresso foi a Bíblia de Gutenberg, em 1455, editado com tipos móveis fabricados com uma liga metálica. Estes tipos eram reutilizáveis e conferiram uma enorme versatilidade ao processo de composição e impressão de livros. A produção aumentou e acelerou, imprimiram-se muitos mais livros do que até aí, num tempo bastante inferior, o que permitiu a sua massificação. O conhecimento que os livros fixam passa agora a circular rapidamente e chega a um maior número de pessoas. A partir desta data assistimos a uma sucessão de inovações tecnológicas, comerciais e estéticas, que permitiram melhorar a transmissão das ideias, o acesso à informação e ao conhecimento, a conservação dos textos, a portabilidade e o custo de produção.

A imprensa móvel fez que o livro impresso se produzisse em grandes quantidades e a preços mais acessíveis. Com a grande produção editorial que se verificou no Renascimento, as bibliotecas, à data designadas por livrarias, ganham outras proporções, multiplicam-se largamente e constituem um importante património cultural.

Os Descobrimentos portugueses trouxeram uma nova conceção do mundo, num encontro de culturas que impulsionou o movimento renascentista e o humanismo. O Renascimento em Portugal chega no final do século XV, constituindo o movimento cultural que deu início à Idade Moderna. Nas diversas áreas da produção humana, o conhecimento que neste período vê a luz do dia é fixado nos livros, mapas, panfletos e, nas diversas formas em suporte papel, circula e permanece para memória futura, até hoje e para o futuro.

A Coleção de Livro Antigo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa terá começado a ser formada a partir do início do século XVI, segundo Júlio Caio Velloso na introdução do *Catálogo das obras impressas nos séculos XV e XVI*. Uma das primeiras obras legadas ou adquiridas pela administração terá sido *O Compromisso da Confraria da Misericórdia*, impresso em Lisboa por Valentim Fernandes, em 1516. A obra estabelecia os estatutos da Irmandade, alicerçados nas sete obras espirituais e nas sete obras corporais, fundamentos que presidem à ação da Misericórdia pelos cinco séculos adiante.

AS OBRAS

Existem nesta Coleção três exemplares do *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, de 1516, e dois deles estão descritos no Catálogo das obras impressas nos séculos XV e XVI (cota L.A. XVI 114) e (cota L.A. XVI 115), publicado em 1992. O terceiro exemplar desta obra (cota L.A. XVI 130) pertenceu à coleção de Francisco Gil Menezes (proveniente da antiga Livraria Van Zeller) e foi adquirido pelo Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em 2017, e recentemente restaurado. A intervenção de restauro, realizada pela restauradora-conservadora Carolina Capucho, foi objeto de um artigo recentemente publicado na revista *Cadernos Técnicos*⁽¹⁾. A Biblioteca Nacional possui um exemplar desta edição, disponível em formato digital⁽²⁾.



Compromisso: cota L.A. XVI 114.

A edição considerada pelos autores como a mais importante é o *Compromisso da Confraria da Misericórdia* (Lisboa, Valentim Fernandes e Hermão de Campos, 22 de dezembro de 1516), (cota L.A. XVI 114), por ser a original. Desta edição existe uma contrafação (cota L.A. XVI 115), que se distingue do original pelas diferenças dos elementos decorativos da folha de rosto, nas iniciais e nos tipos de letra.

⁽¹⁾ CAPUCHO, Carolina – A Intervenção de Conservação e Restauro num *Compromisso da Misericórdia*, *Cadernos Técnicos*. Vol. 8 (ago. 2021), ISSN 2184-612X, SCML/Centro Editorial, Lisboa, 2021.

⁽²⁾ <https://purl.pt/27090/1/index.html#/1/html>



Compromisso: cota L.A. XVI 115.

Estas duas importantes obras foram restauradas no ano de 1992, por ocasião da Exposição "A Arte do Livro na Misericórdia de Lisboa – Os Cimélios da Santa Casa", integrada nas comemorações do 499.º aniversário da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

A identificação da edição original resultou da investigação de Anne Anninguer: "A verdadeira edição de 1516 é a que, na folha de rosto, tem a imagem de N. S. da Misericórdia rodeada por uma tarja de conchas e estrelas sobre o fundo negro. A outra tarja com flores, pássaros e insetos é uma reimpressão", segundo pesquisa realizada por Francisco d'Orey Manoel.

Concluindo, a Santa Casa possui, no seu fundo antigo, três *Compromissos da Confraria da Misericórdia*, impressos em Lisboa por Valentim Fernandes e Hermão de Campos, em 1516: a edição original e duas contrafações diferentes entre si, todas com um importante valor histórico pela sua antiguidade, testemunho dos primórdios da imprensa em Portugal, e também pela informação que contém e que nos é transmitida ao longo de cinco séculos.



Compromisso: cota L.A. XVI 130.

Com a extinção das ordens religiosas em 1834, a Misericórdia integra no fundo antigo uma parte significativa da Livraria do Convento de São Pedro de Alcântara de Lisboa, da Ordem dos Franciscanos Reformados da Província da Arrábida. Este fundo documental é considerado representativo do humanismo peninsular, com obras nas áreas da filosofia, história, literatura e teologia.

No que diz respeito à literatura, destacamos aqui uma obra de Gil Vicente, *Juiz da Beira*. Contemporâneo da rainha D. Leonor, que protegeu e apoiou o seu trabalho, Gil Vicente é considerado o primeiro grande dramaturgo português, poeta, músico, ator e encenador. Fundador do teatro português e também do teatro ibérico, escreveu em castelhano, partilhando a paternidade da dramaturgia espanhola com Juan del Encina. A obra vicentina é considerada representativa das mudanças que ocorreram na passagem da Idade Média para o Renascimento, momento em que se começa a questionar a antiga ordem social, que acabará por ser transformada numa nova sociedade inspirada nos valores humanistas. Gil Vicente foi o principal representante da literatura portuguesa anterior a Camões. Da sua autoria, a peça *Juiz da Beira* foi impressa em Lisboa por António Alvares, impressor real, em 1643.



Juiz da Beira: cota L.A. XVII. 578.

Esta peça foi representada na corte do rei D. João, em Almeirim, e nela entravam "as figuras seguintes. Hum luiz da Beyra, hum Porteyro, hum Ferreyro, & húavelha por nome Anna Dias, Calçado velho, hú escudeiro, hú moço, & alli vem quatro irmãos demandando hum asno, que ficou de seu pay..." Impresso em Lisboa por Antonio Alvarez, impressor do Rei, em 1643". A folha de rosto apresenta gravuras de quatro personagens do auto. A indicação "Pode-se imprimir. Em S. Eloy de Lisboa a 13 de julho de 1619. M. Vicente da Ressurreição..." Com privilégio Real. Com todas as licenças necessárias". O exemplar pertenceu a Lourenço Pires de Carvalho e a Francisco Cernta de Moraes antes de integrar a coleção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

No século XVIII surge a literatura de viagem, uma narrativa em que o autor descreve as suas experiências ao tomar contacto com outras culturas até então praticamente desconhecidas. São descrições multidisciplinares, dos povos, dos seus usos e costumes, da fauna e da flora ou de um qualquer aspeto técnico ou científico.

Impresso no século XVIII, com o título "*Viage del comandante Byron al rededor del Mundo...*", da autoria de Casimiro Gomez Ortega.



Viage del comandante Byron: cota L.A. XVIII 743.

Assim nos diz a folha de rosto: "Viage del comandante Byron al rededor del Mundo, hecho ultimamente de orden del almirantazgo de Inglaterra...: en la qual se da noticia de varios paises de las costumbres de sus Habitantes, de las Plantas, y Animales estraños que se crian en ellos, juntamente con una description muy circunstanciada del *Estrecho de Magallanes*, y de cierta Nacion de Gigantes, llamados *Patagones*, com una lamina fina que los representa &c./traduzido del Ingles... por el Doct. Don. Casimiro de Ortega, de la Sociedad Botanica de Florencia..."

Trata-se de uma segunda edição, impressa em Madrid no ano de 1769, em que se acrescenta o resumo histórico da viagem empreendida por Magalhães e concluída pelo capitão espanhol Juan Sebastian de Elcano. No anterrosto vemos uma gravura de Juan de la Guez, alusiva ao texto.

A obra que destacamos, impressa em Portugal no século XVIII, é um livro de ciência médica, da autoria de João Nunes Gago. Este autor foi médico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa na segunda metade do século XVIII. Nasceu em Tavira em 1743, estudou medicina na Universidade de Coimbra entre os anos de 1765 e 1769, e regressou a Tavira, onde "promoveu a construção do balneário em que ainda hoje se utilizam as águas termais da Fontinha da Atalaia". Faleceu em 1819.

TRATADO
PHYZICO-CHYMICO - MEDICO
D A S
AGUAS DAS CALDAS
DA RAINHA

No qual se incorporou a Relação da Epidemia
que pelos fins do anno de 1775, e todo o
de 1766 se padeceo no sitio do Seixal,

DEDICADO

AO ILL.MO, E EX.MO SENHOR
MARQUEZ DE ANJEJA

Do Concelho de Sua Magestade, e Prezidente
do Real Erario, &c., &c., &c.,

POR JOAÕ NUNES GAGO,

*Medico da Misericordia, e que substitue o Hospital
de S. Yozé de Lisboa.*



LISBOA,
NA TYPOGRAFIA ROLLANDIANA.

MDCCLXXIX.

Com licença da Real Mesa Censória.

MISERICORDIA DE LISBOA
ARQUIVO
BIBLIOTEC

O Tratado físico-químico-médico das águas das Caldas da Rainha incorporou a relação da epidemia que, pelos fins do ano de 1775 e durante todo o de 1766, se padeceu no sítio do Seixal.

Esta obra foi recentemente alvo da atenção da historiadora Donzília Alves Ferreira Pinto, que publicou uma cópia da "Relação da epidemia do Seixal, 1775-1776" num importante contributo para o estudo da história local desta cidade.

João Nunes Gago dedica este livro, publicado em Lisboa em 1779, ao marquês de Anjeja, D. Pedro José de Noronha e Camões de Albuquerque Moniz e Sousa, que substituiu o marquês de Pombal na presidência do Real Erário, já no reinado de D. Maria I, por decreto de 14 de março de 1777.

Impresso na Tipografia Rollandiana, de Francisco Rolland, editor e impressor francês radicado em Portugal, "Com licença da Real Mesa Censória". A Real Mesa Censória foi criada por Alvará de 5 de abril de 1768, com o objetivo de transferir, na totalidade, para o Estado a fiscalização das obras que se pretendessem publicar ou divulgar no Reino, o que até então estava a cargo do Tribunal do Santo Ofício, do Desembargo do Paço e do Ordinário.⁽³⁾ Trata-se de uma obra relativamente rara. A Biblioteca Nacional tem um exemplar⁽⁴⁾ cujo registo nos informa da existência de outro exemplar com cópia digital disponível na BSB – Biblioteca Estatal da Baviera.⁽⁵⁾

CONCLUSÃO

Estes exemplos que aqui trazemos, impressos ao longo de três séculos, são representativos da importância patrimonial do fundo antigo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sendo a expressão concreta da ideia de conservação e de transmissibilidade do conhecimento ao longo do tempo. Através deles o passado torna-se visível, sendo possível viajar pelas múltiplas áreas do saber. Disponível à comunidade, o fundo antigo da Misericórdia é assim objeto de estudo e de divulgação do conhecimento.

Assim, podemos dizer que é visível a preocupação da instituição e o trabalho dedicado de todos os profissionais que, ao longo do tempo, contribuíram para a salvaguarda deste património histórico, reunido ao longo de mais de cinco séculos, cujos conteúdos são essenciais para a historiografia das diversas áreas do conhecimento e, em particular, para a história da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, possibilitando que esta magnífica Coleção se mantenha viva hoje e para o futuro.

⁽³⁾ <https://purl.pt/27090/1/index.html#/1/html>

⁽⁴⁾ https://pt.wikipedia.org/wiki/Real_Mesa_Cens%C3%B3ria

⁽⁵⁾ <https://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, José Vitorino de Pina; VELLOSO, Júlio Caio; BORGES, José Pedro de Abranches-Ferrão de Aboim; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – *Catálogo das obras impressas nos séculos XV e XVI*: a Coleção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. 2.º ed. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1994. XLIV, 124, [3] p. ISBN 972-95597-5-9.

M02 (SCML) – 3957.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – *Catálogo das obras impressas no século XVII* : a Coleção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Lisboa: SCML, 1994. 543 p. ISBN 972-95597-4-0.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – *Catálogo das obras impressas no século XVIII*: a Coleção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Lisboa: SCML, 1999. 1141 p. ISBN 972-98004-1-3.

MARTINS, José Vitorino de Pina; CUNHA, Rui António Ferreira da; ROMÃO, Maria do Carmo; MANOEL, Francisco d'Orey; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa Arquivo Histórico – *A arte do livro na Misericórdia de Lisboa*: os cimélios da Santa Casa: catálogo. 2.º ed. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2010. 92 p. ISBN 978-972-8761-75-2.

MONTENEGRO, Maria Margarida (coord. geral) – *Um Compromisso para o futuro*: 500 anos da I.ª edição impressa do Compromisso da Confraria da Misericórdia. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2017. 295, [1] p. ISBN 978-989-8712-60-8.

Gago, João Nunes; Donzília Alves Ferreira Pinto – *Relação da epidemia do Seixal (1775-1776)*. Seixal: Tipografia Popular, 2021. 79 p. ISBN 978-989-99692-9-2.

**CA
DER
NOS**
TÉCNICOS



lojadacultura.scml.pt

CADERNOS TÉCNICOS

O que são os Cadernos Técnicos

Os **Cadernos Técnicos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** são uma publicação temática de natureza técnica sobre as áreas de intervenção da SCML. Visam divulgar o conhecimento e a experiência dos serviços e dos seus profissionais, assim como o de outras instituições ou especialistas com ação congénere.

Publicação quadrimestral, este projeto editorial promove a partilha e disseminação de boas práticas e constitui-se como um repertório de informação especializada sobre Ação Social, Saúde, Educação, Cultura, Património, Neurociências, Economia Social, entre outras áreas relevantes da SCML.

edições

SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa

